

Successão no Brasil preocupa

Arquivo

credores

Heitor Tepedino

Nova Iorque — No caso da eleição de Tancredo Neves para a presidência da República no colégio eleitoral, representando os partidos da oposição, o seu primeiro ato seria declarar a moratória para a dívida externa brasileira? A única saída para os banqueiros internacionais garantirem o recebimento dos seus créditos seria jogar toda a força do seu dinheiro e toda a influência que contam junto aos governos dos desenvolvidos contra os candidatos que prometem a moratória? As alas dissidentes do PDS, como a frente liberal, como definirão sua participação na área oposicionista?

Essas indagações começam a circular nos meios financeiros internacionais, diante da possibilidade de o PDS não conseguir eleger o sucessor do presidente João Figueiredo. A inexistência de programas definidos por parte dos candidatos a candidatos à Presidência do Brasil ou mesmo da parte dos partidos deixa as expectativas em termos do futuro do Brasil num clima nebuloso, tudo se baseando na ficha pessoal dos candidatos, analisando-se se este confidenciou o que irá ou não fazer, sem nenhum compromisso partidário tanto com os brasileiros como com os parceiros comerciais do Brasil.

O serviço secreto americano — a CIA — tem sido acusada ultimamente de grande participação nas eleições nos países da América Central, inclusive de liberar muitos milhões de dólares para as campanhas políticas dos candidatos escolhidos pela Casa Branca. O Brasil estaria livre de uma interferência deste tipo? Evidente que não. No momento das decisões as pressões certamente passarão a funcionar.

Por outro lado, já desgastados e em ritmo de fim de governo, e sem perspectivas a médio e a longo prazo, o atual governo pretende iniciar as conversações com o sistema financeiro internacional em setembro próximo, fechando-se os créditos necessários para o balanço de pagamentos de 1985. Naturalmente os banqueiros estarão intranquilos nessas negociações, porque sabem que o futuro presidente do Brasil saindo das oposições, pode refugar os acordos assinados.

Dentro deste quadro, levando-se em conta que o próprio sistema financeiro internacional, já admite a negociação a longo prazo com os países devedores, evitando-se a repetição, todos os anos, das mesmas conversações envolvendo cerca de 800 bancos em relação ao Brasil, que se deixasse para o futuro governo o acerto com os banqueiros internacionais, negociando-se em setembro os recursos necessários apenas para o primeiro semestre de 1985.

Tal política seria, de um lado, mais confortável para o atual governo, que evitaria ter de assumir compromissos para os futuros governantes, bem como deixaria esta difícil tarefa para um recém-empossado, que teria melhores condições de negociar por ter pela frente pelo menos mais quatro anos, caso o atual mandato presidencial seja reduzido dos seus seis anos.

No entanto, caso o governador Tancredo Neves seja mesmo candidato das oposições, terá de assumir uma posição pública em relação ao nosso endividamento externo, não em termos de política interna, mas em relação a uma definição para os banqueiros. Seja a moratória ou qualquer outra medida, a verdade é que com a alta das taxas de juros nos últimos meses, os sacrifícios para as populações dos países em desenvolvimento foram agravados. Isto significa que a procura de uma fórmula mais amena para os devedores terá de ser objeto do novo governo, que ainda receberá a herança do acordo com o Fundo Monetário Internacional.

Desta forma, todas as decisões do governo Figueiredo em termos da dívida externa brasileira terão de estar vislumbrando que outras cabeças outras idéias irão suceder as atuais, o que quer dizer que o risco seria muito grande no caso de assinar um acordo com os banqueiros para o ano de 1985, pelo risco do seu não cumprimento. Assim, a saída mais lógica seria uma negociação visando apenas o primeiro semestre do próximo ano,